



Produção de leite, exclusão e desenvolvimento

Vilson Marcos Testa¹

Nos últimos 17 anos, o Brasil tem vivido fortes mudanças na produção de leite, motivadas fundamentalmente por alterações institucionais e por inovação tecnológica no setor industrial, decorrente do leite UHT ou leite em caixinha.

No campo institucional, a abertura econômica, com liberação de cotas de importação e exportação, redução das taxas de importação e com o fim dos preços tabelados pelo governo, a partir de 1990, propiciou um profundo reposicionamento dos agentes econômicos que participam da cadeia. Sobrou alegria para a indústria e o comércio e tristeza aos então produtores de leite.

A introdução de forma consolidada do leite UHT, a partir de 1992, também propiciou forte mudança no campo comercial e industrial. No campo comercial, pode-se afirmar que, antes da introdução do leite UHT, a maior parte do leite era comercializada por pequenos estabelecimentos comerciais (padarias, mercearias, armazéns, entre outros), restando uma parcela pequena aos grandes supermercados. Por razões de comodidade para os consumidores e de redução de custos para os supermercados, a introdução do leite UHT inverte esse quadro, com ampla preferência dos consumidores por este tipo de leite e com domínio dos grandes supermercados na sua comercialização. Os atacadistas, até então praticamente limitados ao leite em pó, também passam a ter expressão na comercialização do leite UHT.

Não seria exagero afirmar que esse quadro revolucionou a produção de leite no Brasil, onde o grande poder de negociação dos grandes supermercados e atacadistas colocou os industriais na defensiva, impondo preços e condições de negociação. Não bastasse isso, os industriais ainda tiveram de enfrentar um poder ainda maior, o do monopólio mundial da empresa Tetra Pak, produtora das embalagens UHT.

Produção de leite à base de pasto com mão-de-obra familiar ganha espaço.

Com isso, a indústria tem tido forte redução na sua capacidade de impor condições no mercado de leite fluido a sua jusante, restando-lhe a capacidade de se impor a montante, sobre os agricultores produtores da matéria-prima. Desta forma, premidos pela redução de suas margens, os industriais buscam matéria-prima mais barata. É nesse contexto que a produção de leite à base de pasto, com mão-de-obra familiar ganha espaço. E esse tipo de produção está, em sua maioria, longe dos grandes centros consumidores e longe das regiões tradicionais de produção de leite e da agricultura

empresarial ou patronal. Daí se inicia a “diáspora” que redefine a geografia da produção brasileira de leite, com forte entrada da agricultura familiar do Sul do Brasil e dentro dos Estados dessa região, uma forte migração para o Oeste de Santa Catarina, Norte do Rio Grande do Sul e Sudoeste e Oeste do Paraná, onde se encontra o maior maciço contíguo de agricultura familiar da América do Sul.

Neste ambiente, a agricultura familiar de Santa Catarina imprimiu forte expansão da produção estadual de leite, com taxas de crescimento muito acima da média nacional, tendo crescido 420%, de 1990 a 2006, especialmente no Oeste, que produz cerca de dois terços da produção estadual de leite.

Além de gerar boa renda, a produção de leite permite boa apropriação e distribuição da renda entre os agricultores, irrigando o meio rural e a economia dos pequenos e médios municípios como nenhuma outra atividade, rivalizando com a aposentadoria rural. A título de exemplo, para cada milhão de reais gerados com suínos em parceria, só 30 a 40 mil ficam no meio rural (suinocultores), enquanto o leite pode injetar de 500 a 700 mil reais, dependendo da tecnologia e dos seus preços.

Todavia, dependendo da regulação, das políticas públicas e dos agentes de mercado para a condução da produção, esses espetaculares resultados e as ótimas perspectivas de expansão podem naufragar, à semelhança da amarga experiência da suinocultura. Resumindo, pode-se afirmar que, se a sociedade reserva a esta atividade apenas o papel de fornecer o produto, pelas regras de mercado, haverá forte exclusão de agricultores e grande parte do papel do poder público pode ser dispensável (pesquisa, assistência técnica, crédito e outros instrumentos). Afinal, o mercado vai ajustar oferta, demanda e preços sozinho. Mas se, a exemplo da Europa, Estados Unidos, Canadá e muitos outros países desenvolvidos, o

¹Eng. agr., M.Sc., Epagri/Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar – Cepaf – , C.P. 791, 89801-970 Chapecó, SC, fone: (49) 3361-0600, e-mail: testa@epagri.sc.gov.br.

Brasil (e o Sul em especial) desejar promover desenvolvimento, é essencial ter a consolidação da agricultura familiar como uma das estratégias centrais, e nela a atividade leiteira como uma das principais, senão a principal atividade geradora e distribuidora de renda.

Santa Catarina já conheceu a estratégia imposta pelo mercado na suinocultura, com muitos custos ao setor público, resultados econômicos pífios e resultados sociais e ambientais danosos. Por sua vez, a estratégia desenvolvimentista passa por uma orientação clara e seletiva de todos os instrumentos de políticas setoriais (pesquisa, assistência técnica e extensão rural, crédito, apoio em ações de fomento, etc.). Isso basta ou é necessário regular os espaços e o acesso ao mercado de leite e derivados? O mundo desenvolvido não conseguiu trilhar nenhum caminho fora do estabelecimento de cotas de produção, por região e por agricultor. Lamentavelmente, o Brasil nem conhece com precisão o número de produtores de leite, estimado entre 1,2 e 1,4 milhão de agricultores. Nesse ambiente, os impactos de uma possível escolha entre essas estratégias (que está na agenda do setor) podem ser

vistos no número de produtores que restariam na atividade e, em consequência, no número de excluídos, conforme a Tabela 1.

Na tabela são apresentados os cenários de 16 bilhões de litros por ano, a produção atualmente comercializada, e uma projeção de 26 bilhões de litros para a próxima década, em dois níveis tecnológicos (10 e 25L/vaca/dia), com o que se obteve o número de vacas e o número de produtores, para escalas crescentes de 10 a 300 vacas por produtor. Como resultados, num cenário de intensa concentração, com 300 vacas por produtor, 25L/vaca/dia, restariam somente 5.845 produtores para a produção atual e 9.498 para a próxima década. No extremo oposto, também com exclusão mas muitíssimo menor, com escala de dez vacas e produtividade de 10L/vaca/dia, restariam 438.356 e/ou 712.329 produtores, respectivamente, para a demanda atual e da próxima década. Observa-se que em ambos os casos haverá exclusão da atividade, mas a diferença poderá ser monstruosa e os resultados desastrosos, dependendo da escolha.

Uma referência para reflexão poderia ser o Plano Safra 2007/2008. Nele, o redutor de 50% na renda

bruta do leite, para fins de enquadramento, propicia que produtores com até 1.000L/dia possam se beneficiar de juros altamente preferenciais. Para o mercado atual, de 16 bilhões de litros/ano, haveria espaço para apenas 44 mil produtores de leite no Brasil com essa escala de produção.

É sempre importante lembrar que todos no Brasil estão na corrida e que Santa Catarina tem cerca de 100 mil produtores e o Sul do Brasil, cerca de 400 mil. Também é bom lembrar que a atividade leiteira possivelmente seja a última “commodity” agrícola em torno da qual pode ser consolidado um grande número de agricultores familiares. A palavra e o desafio ficam com a sociedade brasileira e catarinense, suas lideranças, técnicos, seus governos, a opinião pública em geral para discutir e decidir sobre as escolhas, suas consequências, bem como a resolução e o encaminhamento dos problemas decorrentes das escolhas². De outra forma, qual a ocupação e a renda substituta que Santa Catarina oferecerá aos agricultores familiares em troca dos cerca de 2 bilhões de reais propiciados pelas produções de fumo e de leite?

Tabela 1. Produtores de leite para dois níveis de produtividade e em diferentes escalas de produção por agricultor, para o mercado atual (16 bilhões de litros) e para um cenário otimista para 2017 (26 bilhões de litros)

Vaca/produtor	16 bilhões de litros/ano		26 bilhões de litros/ano	
	10L/vaca/dia	25L/vaca/dia	10L/vaca/dia	25L/vaca/dia
	4.383.562 vacas Nº agricultores	1.753.245 vacas Nº agricultores	7.123.288 vacas Nº agricultores	2.849.315 vacas Nº agricultores
10	438.356	175.342	712.329	284.932
20	219.178	87.671	356.164	142.466
30	146.119	58.447	237.443	94.977
50	87.671	35.068	142.466	56.986
100	43.836	17.534	71.233	28.493
200	21.918	8.767	35.616	14.247
300	14.612	5.845	23.744	9.498

Fonte: Os dados de produção atual foram obtidos do IBGE. As demais informações foram geradas pelo autor.

²Não bastasse isso, SC tem cerca de 65 mil famílias de fumicultores, que obtêm uma renda superior a 1 bilhão de reais, mas está em iminente exclusão motivada especialmente pela assinatura da Convenção Quadro pelo Brasil.



Suinocultura e ordenamento territorial

Valci Francisco Vieira¹

A suinocultura, do ponto de vista social e econômico, é uma atividade de suma importância como geradora de empregos e fixadora do homem no campo. No entanto, ela é considerada pelos órgãos ambientais como uma atividade altamente poluidora, pois não é dado um destino adequado aos efluentes por ela gerados. Com base na Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/98, o produtor pode ser responsabilizado criminalmente por eventuais danos causados ao meio ambiente, à saúde dos homens e aos animais.

Grande parte dessa poluição originou-se da forma como a criação

de suínos passa a ter grande destaque na alimentação da população e nas exportações catarinenses, passando de produto de subsistência para um produto gerenciado pelas agroindústrias.

As agroindústrias e os produtores adotaram o confinamento como modelo para a produção de animais em larga escala com o objetivo de atender aos mercados nacional e internacional. Neste modelo, o espaço físico reduzido, o tempo exíguo e o emprego de técnicas modernas de criação são as principais características. Dessa forma, o suíno passa a maior parte de seu tempo se alimentando, excretando e gerando

meio ambiente. Como exemplo, citam-se a não-observância da distância mínima exigida nas construções em relação aos cursos d'água, o manejo inadequado dos dejetos devido à falta de uma avaliação adequada dos impactos e potenciais riscos de poluição, a não-verificação do solo quanto à aptidão e à declividade para a instalação de granjas, esterqueiras e destino dos dejetos, etc. Cabe salientar que as tecnologias disponíveis para tratamento de dejetos muitas vezes não estão ao alcance financeiro dos produtores e que, isoladas, não resolvem o problema.

Diante dessa problemática, torna-se necessária a realização de um diagnóstico fornecendo informações como quantidades de efluentes gerados, áreas adequadas para recebimento de dejetos, consumo de água, etc. e outros dados reunidos em um documento para dar subsídios à construção de um processo de ordenamento territorial da suinocultura em Santa Catarina que contemple os preceitos fundamentais da sustentabilidade. Deverão ser consideradas as particularidades dos diferentes sistemas de produção praticados pelos produtores, respeitando as limitações ambientais e as potencialidades econômicas. Além disso, é preciso assegurar uma ampla participação da sociedade em todas as fases do processo. Tudo isso poderá contribuir para, em médio prazo, reduzir ou até mesmo impedir a pressão ambiental existente em determinadas regiões do território catarinense e definir áreas aptas para expandir ou descentralizar a produção.

Neste aspecto, embora o objeto de estudo seja a suinocultura, não se deve esquecer que existem outras atividades econômicas que causam impactos ambientais e que também devem ser contempladas numa discussão dessa natureza.



Sistema de tratamento inadequado, com revestimento de lona completamente deteriorada pela ação do tempo e risco de transbordamento de dejetos

de suínos se desenvolveu, ou seja, sem planejamento tanto por parte governamental como dos produtores. Até a década de 70, a atividade tinha sua base econômica voltada para a produção de banha e para subsistência da família dos agricultores, sendo que a criação era realizada à solta, sem preocupação com a nutrição e o manejo adequado do rebanho, tampouco com o meio ambiente. Atualmente, porém, essa ativi-

dade passa a ter grande destaque na alimentação da população e nas exportações catarinenses, passando de produto de subsistência para um produto gerenciado pelas agroindústrias. As agroindústrias e os produtores adotaram o confinamento como modelo para a produção de animais em larga escala com o objetivo de atender aos mercados nacional e internacional. Neste modelo, o espaço físico reduzido, o tempo exíguo e o emprego de técnicas modernas de criação são as principais características. Dessa forma, o suíno passa a maior parte de seu tempo se alimentando, excretando e gerando

grande quantidade de dejetos que provocam problemas de ordem ambiental (água, ar, solo) e causam doenças devido ao alto poder poluente dos resíduos e seu manejo inadequado. Um dos problemas oriundos desse crescimento desordenado foi a instalação de granjas de suínos em áreas inadequadas, sem a observância da legislação ambiental ou conhecimento do risco e vulnerabilidade do

¹Geógrafo, M.Sc., Epagri/Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia – Ciram –, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (48) 3239-8151, e-mail: valci@epagri.sc.gov.br.